

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# A RESISTÊNCIA YANOMAMI FRENTE AO GENOCÍDIO COMO ANÁLISE POLÍTICA NO ANTROPOCENO

Herlaine Ferreira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10038>

Submetido em: 2024-09-17

Postado em: 2024-09-20 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## A RESISTÊNCIA YANOMAMI FRENTE AO GENOCÍDIO COMO ANÁLISE POLÍTICA NO ANTROPOCENO

AUTORA Herlaine Ferreira.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0830-848X>.

<[herlaineromao@gmail.com](mailto:herlaineromao@gmail.com)>

PUC Rio, RJ, Brasil.

**RESUMO:** Este trabalho analisa a resistência Yanomami às investidas do colonialismo extrativista como retrato da necessidade da construção de um novo olhar das decisões políticas e econômicas no tratamento dos povos originários e seu conhecimento, bem como na preservação ambiental. Os crimes ambientais e contra a humanidade cometidos nas últimas décadas, a incapacidade das instituições públicas e a luta das associações de proteção aos Yanomami, como Hutukara e Urihi, nos mostram as articulações da disputa política e econômica, tornando a TI e seu povo um forte relato deste embate frente à necessidade de (r)existência que os povos originários travam na esfera pública..

**Palavras-chave:** antropoceno, yanomami, genocídio, esfera pública, mudanças climáticas.

## THE YANOMAMI RESISTANCE TO GENOCIDE AS A POLITICAL ANALYSIS IN THE ANTHROPOCENE

**ABSTRACT:** This article analyzes the resistance of the Yanomami to the attacks of extractivist colonialism as an example of the need to build a new vision on political and economic decisions regarding native peoples and their knowledge, as well as environmental preservation. The environmental and anti-humanity crimes committed in recent decades, the inability of public institutions and the struggle of associations for the protection of the Yanomami, such as Hutukara and Urihi, show us the articulations of the political and economic dispute, making IT and its people a strong report of this clash against the need for (r)existence that the original peoples engage in the public sphere.

**Keywords:** anthropocene, yanomami, genocide, public sphere, climate change.

## INTRODUÇÃO

*Quando o Sol, se derramar em toda sua essência, desafiando o poder da ciência, pra combater o mal / E o mar, com suas águas bravias, levar consigo o pó dos nossos dias, vai ser um bom sinal / Os palácios vão*

*desabar, sob a força de um temporal, e os ventos não sufocar, o barulho infernal / Os homens não se rebelar, dessa farsa descomunal, vai voltar tudo ao seu lugar, afinal. / Vai resplandecer, uma chuva de prata do céu vai descer, o esplendor da mata vai renascer, e o ar de novo vai ser natural*

As forças da natureza - João Nogueira e Paulo César Pinheiro

Gravada por Clara Nunes em 1977

As estruturas e instituições da sociedade enfrentaram muitos desafios, crises e transformações nos últimos séculos. O modelo de busca incessante por progresso e crescimento econômico envolto no utilitarismo tecnocientífico superou todos eles, tornando-se o norteador das tomadas de decisões políticas. O século XXI, em suas primeiras décadas, registrou crises econômicas, políticas, de emancipação e uma pandemia global que não foram capazes de abalar os fundamentos do capitalismo. Neste contexto, a crise climática apresenta um desequilíbrio planetário que impele as instituições modernas à ação de mitigação e reversão dos problemas ambientais.

A mudança nas estruturas biofísicas do Sistema Terra tem sido chamada por muitos acadêmicos como Antropoceno, uma nova era geológica oriunda da ação humana no planeta. O uso do termo Antropoceno suscita muitas discussões interdisciplinares e não é uma unanimidade. Neste trabalho o mobilizamos como uma corrente de pensamento capaz de associar vertentes que buscam novos diagnósticos do tempo presente, no intuito de verificar as crises que vivenciamos e suas potencialidades de construção de novos contornos sociais, políticos e econômicos através da exposição das relações intrínsecas entre homem e natureza.

Assim, recorreremos à Teoria Social para compreender as origens políticas e econômicas das mudanças climáticas e para pensar em alternativas para uma saída democrática para essa crise. Neste sentido, o conceito habermasiano de esfera pública nos auxilia a demarcar a presença de novas lideranças nos debates que envolvem as tomadas de decisão referentes às questões ambientais e também aos povos originários.

Nossa intenção é questionar a visão moderna de uma natureza objetificada, explorada e produtora de recursos, que enfrenta atualmente as consequências indesejáveis mais severas de seu sistema produtivo. Seus efeitos evidenciam as forças planetárias como um agente social, com um potencial de influenciar as tomadas de decisão na esfera política. Os eventos extremos se tornam uma realidade cada vez mais frequente, levantando para a esfera pública a necessidade de discussões mais plurais sobre os rumos da nossa política, da nossa economia, do nosso planeta e da nossa permanência sobre ele.

Entre as consequências da busca por progresso e crescimento econômico usando a natureza como recurso, a produção de efeitos colaterais deste formato social tem se mostrado

letal em diferentes graus. Na Amazônia brasileira, o extermínio ou a exploração de povos originários vistos como sociedades inferiores foi um importante aspecto do processo modernizador desde a colonização, e vem se estendendo com a anuência ou a ausência do Estado brasileiro em alguns casos. O avanço cruel e intermitente de interesses econômicos na Terra Indígena Yanomami (TIY) evidencia uma consequência danosa do sistema capitalista.

Buscamos analisar os crimes à TIY questionando a racionalidade moderna que dissocia homem e natureza. Tal separação não permitiu que pudéssemos perceber que os crimes cometidos em nome do progresso estavam em curso. Porém, o genocídio destes indígenas escancara a necessidade de reformularmos nossas práticas para que tenhamos um futuro no qual a humanidade faça parte do planeta. Tal análise mostra a necessidade de uma formulação capaz de conectar a cultura e a natureza, como a noção de *ecosofia* estipulada por Guattari (1990), que propõe uma articulação ético-política que integra três ecologias: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana. Neste sentido, a resistência da população Yanomami através de uma inserção original de suas lideranças na esfera pública se mostra como uma importante ferramenta de contestação e reflexividade das tomadas de decisão e abrem o debate para novas formas de se relacionar o Outro e a natureza.

Neste trabalho, pretendemos discutir sociologicamente alguns apontamentos teóricos que formulam uma transformação social, política e econômica que o Antropoceno fomenta. Empiricamente, tal transformação seria capaz de suscitar decisões mais democráticas, envolvendo todos os atores sociais: povos e natureza. Um conhecimento de interação entre o humano e o não humano que possa frear as mudanças climáticas, mitigar os danos causados e fomentar uma nova percepção do social. Utilizamos para isso, o impacto causado pelos crimes contra os Yanomami e as articulações políticas realizadas por suas lideranças para pensar como algumas transformações da esfera pública podem ampliar a democracia e suscitar tomadas de decisão mais adequadas ao Antropoceno.

## **1. UMA TEORIA SOCIAL DA TRANSFORMAÇÃO NO ANTROPOCENO**

A questão ambiental entrou na teoria crítica muito lentamente nas últimas décadas. No entanto, os eventos extremos intensos e recorrentes nos levam às tentativas de construir diagnósticos de tempo capazes de entender a crise climática, bem como buscar soluções. Neste sentido, a teoria crítica pode nos auxiliar tanto a construir críticas eficazes aos múltiplos sistemas que geram tais crises como entender suas conexões.

Para Wagner (2022), as consequências da concentração de CO<sub>2</sub>, como o aquecimento global, geram cada vez mais estudos sobre as causas sociopolíticas das emissões. As dúvidas produzidas pelas explicações acarretam transformações sociais que são foco da Teoria Social e da Sociologia Política. Ou seja, os dados sobre as emissões de gases do efeito estufa e seus danos são capazes de questionar as condições sociopolíticas que possibilitaram tais emissões e, assim, a possibilidade de repensar as “grandes verdades” relacionadas à modernidade, ao capitalismo e ao colonialismo, bem como a relação instrumental do homem com a natureza. Assim, as mudanças climáticas fazem surgir a necessidade de abordagens teóricas mais profundas a partir de revisões críticas que apontam como o problema deve ser resolvido.

Neste sentido, Fraser (2024) busca entender o capitalismo como um sistema que deve ser visto de forma ampla, que extrapola a área econômica e *canibaliza* suas próprias condições de reprodução. Ela pontua que a naturalização do atual capitalismo faz com que os problemas se colocam de forma segmentada e é preciso os unir em uma teoria, percebendo o *terreno oculto*<sup>1</sup> no qual tal sistema consegue se produzir e se reproduzir de forma perversa e praticamente invisível, gerando crises sistêmicas. A autora aponta o capitalismo como um sujeito com capacidade de realizar viradas epistêmicas que possibilitam sua transformação e sua manutenção, uma delas é o avanço da economia à ecologia.

Estruturalmente, o capitalismo supõe e de fato inaugura uma aguda divisão entre o campo natural, concebido como algo que fornece uma oferta gratuita e constante de “matéria-prima” disponível à apropriação, e o campo econômico, concebido como uma esfera de valor, produzindo por e para seres humanos. Isso é acompanhado do endurecimento de uma distinção que já existia entre a Humanidade, vista como espiritual, sociocultural e histórica, e a natureza (não-humana), vista como material, dada objetivamente e a-histórica. (Fraser, 2024. p. 29 -30)

Através desta virada epistêmica apontada por Fraser, no neoliberalismo, as mudanças climáticas inauguram uma nova rodada de mercantilização, vendendo soluções. O grande problema deste sistema, é que ele não combate as causas da crise e as ofertas da geoengenharia tendem a aprofundar os danos do capitalismo.

Assim, a proposta filosófica de Guattari (1990) sobre uma ecosofia capaz de conectar as diferentes ecologias ( meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana) busca uma visão mais ampla tanto para entender o complexo de crise quanto para buscar soluções. Na teoria crítica, a análise das crises atuais buscam igualmente reformular questões que entendem a organização social como esferas segmentadas, no intuito de articular as diferentes estruturas e instituições que compõem as crises atuais. Tais análises, passam tanto por teorias críticas de continuidades quanto por algumas que apostam em rupturas na modernidade. No último caso, ao teorizar sobre o que entendia como uma nova fase da modernidade, Beck (2011) diagnostica a

---

<sup>1</sup> A autora afirma que existem características não suficientemente problematizadas do capitalismo que formam um *terreno oculto* que permitem que tal sistema de reproduza e se canibalize sem uma crítica capaz de enfrentá-lo.

*Sociedade de Risco*. Através desta teoria, o autor entende que o sucesso da modernidade gera riscos residuais que fazem com que a sociedade se metamorfoseie ao precisar se tornar reflexiva o suficiente para solucionar causas e efeitos de tais riscos, entre eles os ambientais. Para ele, se durante o século XIX, a oposição entre homem e natureza serviu para o duplo propósito de controlar e ignorar a natureza para a sociedade moderna, no final do século XX a natureza foi subjugada e explorada, sendo transformada de fenômeno externo para interno, de fenômeno predeterminado para fabricado. A natureza passa, então, a ser mais um tipo de dependência para o funcionamento do sistema mercantil, assim como o consumo e o mercado. “O reverso da natureza socializada é a socialização dos danos à natureza” (Beck, 2011. p 10), ou seja, a natureza se transforma em uma ameaça social, econômica e política.

Beck (2012) argumenta que o projeto modernizador teria como efeito não intencional danos que acabariam por destruir este mesmo projeto. Assim, o novo estágio da modernização vem da dissolução dos contornos da sociedade industrial, uma vez que a radicalização da modernidade produz - não intencionalmente e sem influência política, silenciosamente, tendo como agente/sujeito a própria modernização ocidental - uma nova sociedade, uma nova etapa que o autor chama de *modernização reflexiva*. Neste estágio, a *autoconfrontação* e a autocrítica seriam elementos chave para a reflexividade. Assim, instituições, como ciência, política e economia precisariam se confrontar com os elementos que produziram e realizar críticas a seus fundamentos, incluindo os fundamentos que separam homem e natureza.

A noção de reflexividade dentro da Teoria Crítica possui importante parte de seus fundamentos na teoria habermasiana que nos fornece métodos de compreensão e normatividade que aqui articulamos para pensar numa política para o Antropoceno. Através da teoria política e da filosofia do direito, Habermas(2019) busca compreender, de forma geral, a possibilidade de formação de uma arena democrática na qual debates incorporem tanto as instituições quanto a esfera pública tendo em vista a promoção de bens públicos e limites para a acumulação capitalista. Sua questão, portanto, é sondar a capacidade de poderes democráticos oriundos de discussões públicas que visem a agir em um plano global supranacionalmente nas sociedades complexas atuais.

Neste sentido, o conceito de esfera pública nos possibilita criar um horizonte no qual as decisões não são conduzidas assimetricamente pelos interesses da elite ou de forma tecnocrática, ampliando, portanto, uma participação social ativa. Em outras palavras, uma esfera pública ativa é o que possibilita não apenas um Estado de Direito mas um Estado Democrático de Direito. Ao criticar o poder político ortodoxo, a esfera pública habermasiana cumpre o papel crucial para a legitimidade, pois encara o poder para criticá-lo e o poder precisa considerar a esfera pública para

ter legitimidade. A mudança histórica estrutural que Habermas (2024a) aponta é a divisão entre sociedade e Estado, que acontece com a transição do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista, consolidando o Estado Social e a democracia de massa. A consequência de tais mudanças na esfera pública é, principalmente, que sua função crítica se perde, pois sem os recursos materiais tal esfera encontra dificuldade em produzir uma formação racional da opinião e da vontade, na qual mais cidadãos participem.

Já a modernização reflexiva proposta por Beck (2012) define a autocrítica na sociedade de risco como uma fase inerente ao desenvolvimento social que assimila riscos sociais, políticos, econômicos e individuais que tendem a escapar do controle das instituições consolidadas e ossificadas nesta nova realidade. Essa crítica é uma característica fundamental para a reflexividade do Antropoceno, pois as mudanças climáticas precisam ser enfrentadas tanto na busca por soluções quanto na consciência das origens do problema. Para Habermas (2014a) torna-se importante saber o quanto de criticidade ainda é possível na sociedade moderna, visto que esta se origina num processo revolucionário e por isso mesmo, com altos índices de crítica. Segundo ele, muitos elementos da Revolução estão descartados, porém o seu projeto é irrenunciável e está presente em todo o processo político moderno. Neste sentido, a autonomia é um elemento que precisa ser mantido dentro da esfera política atual se quisermos pensar em transformações políticas a partir da esfera pública.

Tal autonomia se estabelece na prática quando a sociedade/cidadão realiza autodeterminação, autorregulação e autolegislação. A soberania popular é, portanto, a ação cidadã através da prática da autonomia, uma vez que ele só é possível quando a sociedade se organiza como comunidade político-jurídica e legisla sobre si mesma, produzindo assim normas legítimas. Ou seja, a legitimidade da esfera política depende da ação autônoma da sociedade que se organiza e cria normas para si mesma, firmando, assim, a soberania popular. É o que as lideranças Yanomami buscam através de suas articulações de resistência, como veremos adiante.

## **2. AS INSTITUIÇÕES MODERNAS E AS TOMADAS DE DECISÃO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Atualmente, a principal ferramenta da estrutura moderna de poder para enfrentar a crise climática é a United Nations Climate Change Conferences (UNFCCC) através das Conferências das Partes (COPs), cujos resultados mostram o quanto nosso sistema atual é ossificado, pois a

conquista mais robusta até então foi o Acordo de Paris<sup>2</sup>, protocolado em 2016 ainda sem resultados capazes de frear os avanços da crise. As projeções realizadas pelos cientistas através de publicações como o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) e da Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) têm sido superadas pela realidade. Entre outras métricas, maio de 2024 completou 12 meses cujas temperaturas foram as maiores registradas, ou seja, 12 meses com temperaturas recordes (Copernicus, 2024). Entre os discursos de líderes políticos nas reuniões e a mitigação dos problemas, novos desastres ambientais seguem ocorrendo.

Isso porque, apesar de haver muita diversidade nas mesas de discussões nas COPs, os eventos têm se tornado reduto de lobistas. Segundo análise da aliança Kick Big Polluters Out (KBPO) - coalizão de mais de 450 organizações ligadas ao clima - mais de 7200 lobistas ligados à indústria do petróleo participaram das COPs nos últimos 20 anos. A última Conferência foi realizada nos Emirados Árabes, cujo anfitrião foi o CEO da Companhia Nacional de Petróleo Abu Dhabi. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) teve um pavilhão dentro da cúpula pela primeira vez. Desde 2003, na COP 9 realizada em Milão, no mínimo 267 passes foram concedidos a equipes das gigantes do petróleo, como ExxonMobil, Chevron, Total Energia, BP e Shell. As associações comerciais que representam as petroleiras também estiveram presentes nas Convenções, com 6.581 integrantes, segundo a KBPO. Estes integrantes participam das reuniões e possuem poder financeiro de influenciar as decisões que ali são tomadas, fazendo lobby para os interesses das empresas e conglomerados do combustível fóssil.

As tomadas de decisão no âmbito nacional também não são satisfatórias. A Cúpula da Amazônia<sup>3</sup>, por exemplo, não apresentou metas adequadas ao desafio que enfrentamos. Mesmo com avanços - como a meta de mobilizar 100 bilhões de dólares por ano em financiamento climático, a demarcação de terras indígenas, a cooperação policial contra atividades ilícitas, promover a troca de dívidas dos países amazônicos por ações climáticas dos países desenvolvidos e a criação do “IPCC da Amazônia”, uma versão do Painel do Clima da ONU para o bioma -, outros pontos importantes foram abordados superficialmente. O documento final apresenta compromissos genéricos que ignoram demandas da sociedade civil elaboradas previamente através dos Diálogos Amazônicos.

---

<sup>2</sup> Pacto entre 195 países signatários das Nações Unidas com a pretensão de colaboração no enfrentamento do aquecimento global e suas consequências. Foi formulado em 2015 e assinado em 2016. O objetivo central do Acordo é limitar a 1,5°C o aumento da temperatura média no planeta em relação aos índices pré-industriais.

<sup>3</sup> Evento que reuniu chefes de Estado dos oito países integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, para deliberar pela preservação do bioma, em Belém (PA) em 08 e 09 de agosto de 2023.



A questão do uso de combustíveis fósseis também foi citada de forma muito superficial. O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, defendeu uma proposta de moratória aos fósseis, mas foi derrotado por outros países, incluindo o Brasil. Além disso, a falta de metas para uma transição energética eficiente demonstra o caminho mais afrouxado que as nações participantes escolheram para conter a crise climática. Isso porque muitos países da América Latina apostam na produção de petróleo para buscar crescimento econômico, como o Brasil que já anunciou a intenção de saltar de nono para quarto produtor mundial, o que envolveria a extração na Amazônia.

Com a ineficiência das instituições modernas, o Antropoceno pede por novas formas de decisão para enfrentar adequadamente o grande desafio do século XXI. A radicalização da democracia, neste sentido, passa por deliberações que abriguem múltiplas vozes, ou seja, que descentralizem o poder. Assim, uma esfera pública ativa é o que radicaliza a democracia, pois critica o poder político ortodoxo buscando *legitimidade*.

Neste mesmo sentido, a sociedade civil pode se articular para movimentar a esfera pública em busca de novas práticas políticas através de mecanismos deliberativos com o intuito de invocar a reflexividade necessária nas tomadas de decisão. Dentro de nossa análise, lideranças indígenas, como o líder xamã Davi Kopenawa, que representa a maioria dos Yanomami, atuam através de articulações nacionais e internacionais que tentam pressionar as instituições estatais brasileiras no cumprimento da responsabilidade institucional de respeito às terras indígenas. Tais articulações são realizadas de forma individual ou em parcerias com organizações não governamentais e ambientalistas, por exemplo.

Este uso da esfera pública por atores vistos como *Outros* pela ideologia ocidental é uma forma intercultural e interétnica de buscar novas soluções e fomentar novos olhares para as questões que emergem no Antropoceno. A visão do homem branco colonizador que se desdobra ao longo dos últimos séculos e formula nossas instituições modernas de tomada de decisão encontra aqui um debate interétnico com uma ideologia capaz de questionar suas bases orientadoras e escancarar as contradições de seu sistema. Entre tais contradições, a destruição do planeta e consequente busca por soluções tecnocráticas através da geoengenharia passa a ser uma grande luta política. Isso porque as orientações neoliberais não buscam agir na origem do problema, ou seja, na relação equivocada do homem com a natureza.

As instituições modernas ossificadas tendem a permanecer na sua ideologia incapazes de agir reflexivamente, mantendo a exploração numa visão da natureza como fonte de recursos econômicos. Neste sentido, torna-se importante impor as discussões relacionadas às mudanças climáticas no debate político. As negociações de resistência articuladas por Davi, por tanto,

apresentam uma esfera pública que busca ser capaz de abrigar os diferentes atores com diferentes interesses que compõem o tecido social.

### **3. O GENOCÍDIO DOS YANOMAMI**

O que sabemos dos Yanomami jamais será suficiente para um debate que consiga abranger a complexidade no trato de seus interesses em manter seu modo de vida. Somos fruto das invasões coloniais e, por isso, produtos da modernidade e estamos impregnados da visão colonialista ocidental. Tudo isso não impede o esforço de utilizar as ferramentas ao nosso alcance para conhecer os problemas que os povos originários enfrentam e tentar contribuir para o debate na busca de soluções.

A possibilidade de se aprofundar sobre formas diferentes de viver nos faz não apenas questionar os problemas enfrentados pelos indígenas, mas, principalmente, as origens e causas de tais problemas, todas incrustadas pela nossa forma predatória de estar no mundo. O que conhecemos dos Yanomami, nos escancara o sistema doentio do qual fazemos parte.

Os primeiros registros de contato do homem branco com os Yanomami datam de 1787. Segundo Fiocruz (2023), os registros historiográficos realizados já caracterizavam a ocupação do seu território como imemorial. Tanto a Constituição de 1967 quanto a Constituição de 1988 declaram que estas terras pertencem aos indígenas que tradicionalmente as ocupam e sua posse é permanente. O uso delas e de suas riquezas é de exclusividade do povo Yanomami.

A atual Terra Indígena Yanomami (TIY) tem área de 9.664.975,4800 hectares (ha) com uma população que se distribui no Brasil pelos estados de Roraima (RR) e Amazonas (AM), e na Venezuela. Em território brasileiro sua população conta com 27.144 pessoas.

Imagem 1 - Mapa das divisas da TIY e das localidades



Fonte: Organização Terras Indígenas, in: Poder 360

Já na primeira metade do século XIX, a chegada do homem branco no alto Orinoco e nos rios Negro e Branco impulsionou uma dispersão do povoamento. O povo Yanomami partiu da Serra de Parima em direção às terras baixas. Com essa migração, se formou a atual configuração do território, que permitiu um crescimento demográfico que variava de 1 a 3% ao ano até o início do século XX. No entanto, na segunda metade do mesmo século, invasões iniciaram o genocídio do povo Yanomami, seja por garimpeiros, agentes do Exército Brasileiro ou empresas mineradoras. A descoberta de ouro e cassiterita na região em 1975 pelo Projeto Radar da Amazônia (Radam) já acarretou diminuição da população dos Yanomami. No período da Ditadura Militar, a chegada de várias doenças, como sarampo, malária, coqueluche e desnutrição, além das doenças sexualmente transmissíveis, impactaram severamente essa população, dizimando muitas aldeias durante as décadas de 1970 e 1980.

Kopenawa (2015) nos revela a visão dos Yanomami aos diferentes ataques à sua população. Seu relato apresenta os invasores em busca dos minérios como comedores de terra.

Quando os garimpeiros chegaram para procurar ouro nos igarapés da floresta, eram poucos e as gentes da terra alta nada sabia sobre eles. Viviam muito longe dos brancos e possuíam apenas algumas lâminas de faca e de machado quebradas. Sentiam falta dessas coisas dos brancos. Foi isso que as levou a receber os garimpeiros sem desconfiança. O desejo pelas mercadorias e alimentos dos forasteiros encolheu seus espíritos. Não pensaram nada mais. Foi assim que os garimpeiros conseguiram enganá-las e matá-las quase todas antes mesmo que pudessem reagir. (Kopenawa, 2015. p. 353)

Um dos casos de maior repercussão da violência sobre a população Yanomami foi em 1993. O “massacre de Haximu” vitimou 16 indígenas. Segundo Kopenawa (2015), a preparação

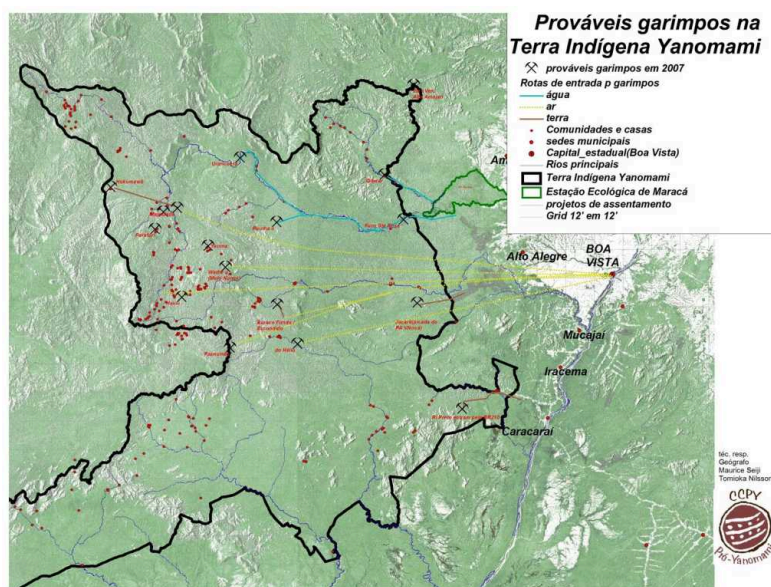
dos garimpeiros para este genocídio específico teria se iniciado com contatos isolados com a população do alto Orinoco, na Venezuela, período em que os Yanomami das terras altas tinham pouco contato com os brancos. Os primeiros encontros foram feitos com pequenos grupos de garimpeiros que ofereciam mercadorias como presentes aos indígenas, que interpretaram tal ação como demonstração de generosidade. Ao conquistar a confiança dos Yanomami, os garimpeiros se tornaram mais numerosos e passaram a dispensar a boa relação com a população local, que deixou de ser vista como ameaça à ação predatória do garimpo. Este contato se torna ainda mais problemático com o surgimento dos efeitos da mineração, como poluição dos rios, rareamento da caça e doenças, o que deixa os Yanomami das aldeias impactadas dependentes da economia dos garimpeiros. Neste cenário, segundo Kopenawa (2015), qualquer incidente nas trocas entre indígenas e garimpeiros poderia terminar em violência. Após uma cobrança por suprimentos, uma série de ataques e contra-ataques termina com o massacre que ficou conhecido na justiça brasileira como o primeiro caso de genocídio reconhecido no país.

Nas primeiras décadas do século XXI, os Yanomami conseguiram se fortalecer em decorrência de reuniões e encontros locais e regionais, demonstrando ali uma articulação original de cunho político para a defesa da TIY. Neste sentido, a figura do xamã Davi Kopenawa teve muito impacto. Na década de 1980 houve a criação da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) e em 1994 a criação da Hutukara Associação Yanomami (HAY).

Porém, a ameaça relacionada à mineração e ao garimpo em terras Yanomami ainda persiste. Segundo o Mapa de Conflito de Fiocruz (2023) a responsabilidade da ação política é muito grande para tal persistência. Isso porque as invasões são consequências de projetos de lei e decisões governamentais, que se dobram sob o poderoso interesse de grandes mineradoras pela região. Já em 1996, Romero Jucá, figura tradicional da política de Roraima, propôs um Projeto de Lei que dispunha sobre exploração e aproveitamento de recursos naturais em terras indígenas.

Neste mesmo caminho, em 2018, o então candidato à presidência Jair Bolsonaro sinalizou publicamente uma proposta de abertura das terras indígenas para exploração da mineração, principalmente do garimpo. Na prática, enquanto presidente, ele entregou ao Congresso Nacional em fevereiro de 2021, o Projeto de Lei 191/2021, com o intuito de legalizar o garimpo e a instalação de outros empreendimentos em TIs. Suas falas sempre reforçaram que o interesse econômico pela região estaria acima da proteção ambiental e dos povos. O resultado destes discursos permissivos foi o crescimento de áreas de garimpo nos últimos anos.

Imagem 2 - Mapa das prováveis área de garimpo da TIY



Fonte: Hutukara Associação Yanomami

Além dos problemas de desmatamento, a prática criminosa também descarta os rejeitos da mineração em rios amazônicos responsáveis pela manutenção do ecossistema que gera fonte de vida à população indígena. Com isso, os Yanomami enfrentam uma grave crise humanitária, com fome, doenças e morte.

A repercussão pública do caso levou o governo federal - então sob a gestão de Lula - a agir prontamente e buscar soluções para o conflito. Com isso, os nove primeiros meses de 2023 registram uma queda para 214 hectares de área atingida pelo garimpo ilegal em relação aos 999 hectares no mesmo período do ano anterior. No entanto, o genocídio Yanomami está longe de acabar.

#### 4. A RESISTÊNCIA YANOMAMI COMO FATOR POLÍTICO NO ANTROPOCENO

Desde a invasão do Brasil, os povos originários resistem a sistemas predadores diferentes e complementares. Enquanto o processo colonizador se pautou numa visão do outro, do diferente como inferior, o processo modernizador se utilizou da ideologia da natureza como recurso. Ambos sistemas atacam a população Yanomami, cuja resistência política se fez necessária na utilização da esfera pública. Suas vidas são constantemente ameaçadas, bem como sua população e sua floresta. Na TIY, a luta se faz contra o ecocídio, o etnocídio e contra o genocídio.

Segundo Clastres (2004) o etnocídio se define como “destruição sistemática de modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem esta destruição” (p. 83). Assim a eliminação de um povo é considerada socialmente aceitável quando se estabelece uma diferença entre os modos de vida. O outro, o diferente é exterminado por ser visto como o mal. Tal mal, no entanto, pode ser relativizado. Há casos em que é possível melhorar o Outro, aplicando ali o processo modernizador. O caso do extermínio dos indígenas na América do Sul, porém, não foi visto pelos genocidas como um crime, uma vez que os Outros ali não eram considerados como humanos. Dos missionários na colonização aos invasores do garimpo atualmente, há de semelhante o entendimento de que a cultura, o modo de vida, o conhecimento e as próprias vidas indígenas são descartáveis na melhor hipótese ou um obstáculo, na pior, quando precisam ser exterminadas.

Desta forma, o processo dito civilizador da modernização - que encarna o progresso e o crescimento econômico como métricas - praticou e pratica desenfreadamente crimes contra a humanidade e contra o planeta. O ecocídio, portanto, se caracteriza como o extermínio do ambiente, do planeta e as conexões estabelecidas entre os ecossistemas. Os processos de extinção tanto da fauna quanto da flora em diversos pontos do globo como resultado da ação antrópica desencadeou o desequilíbrio planetário que aqui chamamos de Antropoceno. O aquecimento global, a acidificação do oceano, perda de biodiversidade, alterações dos ciclos de chuva são exemplos da reação do planeta ao ecocídio praticado pelo homem.

Na TIY, todas as formas de extermínio vem sendo praticadas. Invasões sistemáticas de garimpeiros ilegais, cujas práticas danificam e poluem o solo e a água, acarretam a desregulação do sistema da floresta, contaminando a alimentação e matando a população humana e a vida não humana. Além disso, os embates físicos assassinam diretamente os Yanomami que entram em combate com os invasores.

A forma de defesa dos povos originários é o Estado, cuja função primordial seria defender seu povo. No entanto, a política moderna se estabelece com íntimas relações entre governo e interesses privados econômicos. Quando tais interesses se referem aos povos e territórios indígenas a concepção de políticas públicas possuem um histórico alarmante.

A invenção da política moderna secularizou o antagonismo: a guerra contra a insubmissão quanto à distinção entre Natureza e Humanidade foi silenciada; mas continuou em nome do progresso e contra o atraso, o mal que substituiu o Diabo. Dada a sua vocação hegemônica, as práticas de guerra incluíam formas de produção de vida. Os humanos inferiores se tornaram objeto de inclusão benevolente e inevitável, inimigos que nem sequer contavam como inimigos: a guerra foi travada por meios silenciosos. (Cadena, 2018)

A partir da invasão, o Brasil presenciou inúmeras guerras que objetivam o genocídios indígenas tendo como interesse, entre outros crimes, o extrativismo. A dificuldade em colocar em prática as soluções está na importância do extrativismo para o modelo econômico vigente atual. Segundo Cadena (2018), o extrativismo atual se tornou um empreendimento com caráter corporativista com ubiquidade mundial e interconectado. Com isso, as taxas de expansão deste modelo acabam por se relacionar com poderosos mercados como de minerais, petróleo e energia. Soma-se a incorporação de tecnologias, temos agora uma extração rápida e lucrativa. Este extrativismo, portanto, age com eficiência nos territórios indígenas e nas esferas políticas dominadas por interesses modernos dissociados dos impactos ambientais na sociedade.

No entanto, os casos extremos como o atual genocídio Yanomami possui em si um grande potencial de mobilização cuja finalidade seja a profusão de novas práticas políticas na qual a esfera pública seja composta por novos atores e por debates mais abrangentes. Ao lançar porta-vozes para diálogos com líderes mundiais, como Davi Kopenawa, e criar instituições que promovam informações e divulgação dos crimes ali cometidos, como as associações Hutukara e Urihi, a resistência Yanomami faz reverberar a emergência por mais participação e, principalmente, uma distribuição de poder mais democrática que a praticada atualmente.

O paradoxo pode ser que a crueldade do extrativismo tenha feito surgir coletividades públicas para as quais a natureza não é apenas isso, e que se opõem à destruição (extrativista) de quem são (e não apenas da natureza) em uma nova aliança com ambientalistas (para quem pode ser que a natureza seja apenas a natureza). (Cadena, 2018. p. 114)

A liderança de Kopenawa utiliza a esfera pública como ferramenta de resistência. Sua articulação é realizada através de processos que “operam num horizonte lógico e estratégico de negociação intercultural e que, portanto, afetam tanto as categorias indígenas como as categorias emprestadas dos brancos” (Albert, 1995. p. 24). Ou seja, o xamã se utiliza das diferenças culturais para questionar linguisticamente as lógicas que norteiam as instituições modernas as contrapondo com a cultura de seu povo. Tal mecanismo escancara as contradições e as falhas do sistema ocidental, sendo portanto, capaz de incitar a reflexividade necessária ao Antropoceno.

Albert (1995) analisa a ação política que Kopenawa realiza através do xamanismo como um processo político cultural de adaptação criativa frente aos ataques sofridos pelo seu povo. Tal ação é composta tanto pela *etnopolítica* quanto pelas formas retóricas baseadas nas definições que os sujeitos políticos presentes no debate fazem de si e do outro, positiva ou negativamente.

O xamanismo de Davi o permite usar a esfera pública para questionar o entendimento diferenciado de termos articulados politicamente, como natureza, meio ambiente e ecologia. As diferenças de tais noções entre as etnias comparam as orientações de ação, porque no contexto das narrativas estes termos possuem a capacidade de articulações diversas, dependendo de seu entendimento.

A visão do homem selvagem, reforçada por alguns antropólogos, na qual os indígenas são vistos como uma continuidade da natureza e cuja preservação se faz necessária devido seus conhecimentos pode ser entendida como uma naturalização negativa, pois remete à visão da natureza vista com fins políticos e econômicos dentro do discurso tecnocrático através das leis (Albert, 1995. p.18). Em contraste com tal visão antropocêntrica, Kopenawa traz para o debate sua visão xamânica, de uma natureza cosmológica e central, muitas vezes identificada como Omama, o próprio criador.

Não temos leis desenhadas em peles de papel e desconhecemos as palavras de *Teosi*. Em compensação, possuímos a imagem de Omama e de seu filho, o primeiro xamã. Elas são nossa lei e governo. (...) É em virtude dela que não maltratamos a floresta, como fazem os brancos. sabemos bem que, sem árvores, nada mais crescerá em sua terra endurecida e ardente. (Kopenawa, 2015. p. 390 e 391)

Assim, a visão internalizada da natureza pertencente à etnia Yanomami se contrapõe à visão ocidental da natureza como recurso, que precisa ser produtiva e cuja função das instituições seja de preservá-la para ser sustentável (Albert, 1995). Neste sentido, para Kopenawa, o termo meio ambiente escancara uma natureza vista pelos brancos como externa. O problema desta visão objetificada da natureza é a sua fetichização que produz um discurso político de preservação baseado numa noção ocidentalizada que desconecta o homem do meio, o homem da floresta, o homem do planeta. Por isso, o debate que a presença de Kopenawa levanta na esfera política traz consigo a reflexividade capaz de ampliar as visões e multiplicar os atores políticos envolvidos nas tomadas de decisão, uma vez que os atores tradicionais se mostram resistentes às mudanças.

Neste sentido, ao pensar numa política do Antropoceno, Dryzek e Pickering (2018) defendem o sistema de agência que imputa ao indivíduo/grupo a condução da ação e mostra a capacidade de pensar, deliberar e agir, ampliando os atores que podem e devem questionar e responder ao cenário de metamorfose. Eles usam o termo agência formativa para designar o espaço de ação baseado na escuta, reflexão, previsão e antecipação com a finalidade de transformar as estruturas existentes numa ação de baixo pra cima, da periferia para o centro do poder político. Nesta teoria, a eficácia dos atores políticos depende do uso da razão - para combater o negacionismo -, da retórica - para agir quando a razão não basta - e da deliberação - para negociar com as instituições. Tal eficácia deve ser capaz de combater as formas ossificadas de tomadas de decisão que inibem inclusive a participação tanto dos mais vulneráveis quanto dos mais diretamente impactados pelas mudanças climáticas.

Dentro de tais agenciamentos praticados pela liderança Yanomami, Albert (1995) destaca também a cooptação do termo ecologia, que aqui remete ao conjunto de relações estabelecidas com o lugar. Neste contexto, o sentido de ambientalismo é entendido pelos Yanomami como



“fala para proteger a floresta”. Com isso, a noção de ecologia se articula como ferramenta política interétnica com potencial de ampliação do debate, pois fomenta atores diferenciados como ambientalistas, ativistas, políticos tradicionais e a opinião pública. Para Krenak (2018), a ecologia política contra-hegemônica que se propõe é um projeto para reconstruir a relação entre os sujeitos coletivos e a existência orgânica. Através dela, é possível expor “as estruturas assimétricas de poder que atingem essa relação comum sujeito/ambiente e promovem a individualização/espoliação.” Nesta visão, a ideia de natureza separa dos sujeitos coletivos é uma consequência tanto do processo violento de colonização quanto do desequilíbrio ecológico. Assim, se ecocídio se realiza em um lugar distante do exterminador, a noção de ecologia se mostra capaz de conectar a ação e a consequência, escancarando não apenas as discrepâncias de poder entre os atores, como o elo entre ação humana e reação planetária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Antropoceno anuncia o atual processo de extinção como produto da ação humana que traz consigo o potencial de provocar a reflexão, entre outras coisas, sobre os princípios modernos de busca por progresso e crescimento econômico, que penetraram a esfera política e norteiam as tomadas de decisões. As invasões à Terra Indígena Yanomami (TIY) são um reflexo da visão ocidental e mercantil da natureza e do povo originário.

As práticas genocidas, etnocidas e ecocidas aplicadas pelo processo modernizador ganha agora novos contornos no Antropoceno, impulsionando a necessidade de novas práticas políticas. Dentro da teoria social, buscamos articular conceitos que sejam capazes de realizar diagnóstico do tempo presente e pensar novas estruturas de agenciamento. Compreendendo as mudanças climáticas como agente social e emergência de novos atores com visões contra-hegemônicas.

Na visão de Latour (2014) existe uma sensação imediata de impotência, resultado da desconexão entre o homem e a natureza. É preciso uma conexão entre os elementos que integram a questão que se impõem, humanidade, natureza, Terra e a necessidade de rever a história que os une para imaginar respostas concretas para o complexo de crises. Beck (2014) inverte a questão. Sua proposta não é pensar em como resolver o aquecimento global e sim em como o aquecimento global já está transformando a sociedade. Daí, abrem-se novas oportunidades de “fazer o mundo” a partir de novos conceitos, mais adequados às interações e dependências que se mostram inegáveis.

Este novo formato político, econômico e social exige de nós uma reflexividade profunda ao lidar com presente, passado e futuro. Os atores sociais como as lideranças Yanomami disputam espaço na esfera pública e podem se valer das arenas modernas para fluir o poder de decisão em diversos campos. As associações Hutukara e Urihi, se apresentam para contrapor um corpo institucional moderno ossificado que tenta inibir mais participação política. Assim, torna-se essencial uma ativação ainda mais radical da esfera pública para a conquista de deliberações mais plurais. O xamã Davi Kopenawa, neste sentido, articula processos que fomentam um debate interétnico na busca por comparar noções em torno de termos fundamentais para novas práticas: natureza e ecologia.

A visão xamânica de natureza internalizada, conectada em diferentes níveis com o humano, se contrapõe com a ideologia do homem branco que encara a natureza como fator externo. Tal externalização da natureza vista como recurso produtivo a ser explorado é apenas não a origem do problema atual como intensificador de crises. Assim, a utilização da ecologia política tende a expor a dependência humana em relação ao Sistema Terrestre e fomentar práticas políticas mais democráticas. A opinião pública se torna, neste contexto, uma ferramenta muito útil. Casos de emergências ambientais e genocídios, quando levados ao conhecimento da população, possuem mais força para ativar a esfera pública e promover ações ajustadas a uma realidade nova que o Antropoceno nos apresenta.

Os danos ambientais causados pela mineração ilegal na Terra Indígena Yanomami mostraram ao mundo a irracionalidade da ação predatória econômica que impactou todos os entes daquela região. Rios, fauna e flora se tornaram vítimas esquecidas pelo Estado brasileiro e os defensores humanos daquela região, o povo Yanomami, foram – e são - o retrato da letalidade dos modelos atuais em busca de “progresso”. Mas sua resistência se torna um ação política com alcance global. “Defendendo-se da destruição atual, os coletivos que excedem as divisões entre ‘humano’ e ‘não humano’ tornaram-se visíveis manifestando seu excesso: sua materialidade não é apenas a materialidade do antropos moderno.” (Cadena, 2018. p. 115)

Se torna necessário, portanto, ampliar nossa noção de justiça social com a adesão da natureza como ator social nas relações que estabelecemos, não apenas porque as mudanças climáticas ameaçam nossa espécie, mas porque elas acentuam os problemas sociais já existentes. A luta por justiça, como afirma Sen(2000), passa necessariamente pelas políticas públicas.

Os responsáveis pelas políticas têm dois conjuntos de razões distintos, mas inter-relacionados, para se interessar pelos valores da justiça social. A primeira razão - e a mais imediata - é que a justiça é um conceito central na identificação dos objetivos e metas da política pública e também na decisão sobre os instrumentos que são apropriados para a busca dos fins escolhidos. (...) A segunda razão - mais direta - é que todas as políticas públicas dependem de

como se comportam os indivíduos e grupos na sociedade. Esses comportamentos são influenciados, *inter alia*, pela compreensão e interpretação das exigências da ética social. (Sen, 2000. p. 311)

Repensar o político é também repensar o humano. “Somos mesmo uma humanidade?”, nos questiona Krenak (2020). Sua visão sobre a humanidade moderna é que somos um “clube, que na maioria das vezes só limita a nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade” (Krenak, 2020. p. 13). Mantemos instituições que desagregam o futuro de nosso presente e, diferente dos povos originários, nos distanciamos da natureza. Nosso desejo é que novas formas de pensar atuem numa movimentação política capaz de promover um novo mundo coletivo e conectado no qual os antigos e novos problemas possam ser superados democraticamente, renovando as instituições através de uma esfera pública ativa e reflexiva.

## REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. A metamorfose do mundo, novos conceitos para uma nova realidade. Tradução Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2018

\_\_\_\_\_. A reinvenção da política. Em Modernização reflexiva, política, tradição e estética na ordem social moderna. BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. Tradução de Magda Lopes. São Paulo. Editora Unesp. 2012.

\_\_\_\_\_. Sociedade de Risco – Rumo a uma nova modernidade. São Paulo, Ed. 34. 2011

\_\_\_\_\_. Incertezas fabricadas. IHU Online. Unisinos. São Leopoldo. 2006

BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. Modernização reflexiva, política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo. Editora Unesp. 2012.

CLASTRES, Pierre. Do etnocídio. Arqueologia da violência, p. 81-92, 2004.

COPERNICOS. Hottest May on record spurs call for climate action Disponível em: <https://climate.copernicus.eu/hottest-may-record-spurs-call-climate-action> Acesso junho 2024

CADENA, Marisol de la. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 69, p. 95-117, 2018.

DRYZEK, John. PICKERING, Jonathan. The politics of the Anthropocene. Oxford University Press. 2019. Disponível em

[https://books.google.com.br/books/about/The Politics of the Anthropocene.html?id=GMP0twEACAAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/The Politics of the Anthropocene.html?id=GMP0twEACAAJ&redir_esc=y)

FRASER, Nancy. Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. Tradução de Aline Scatola. São Paulo. Autonomia Literária, 2024.

FIOCRUZ. O garimpo ilegal e o genocídio yanomami. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rr-invasao-de-posseiros-e-garimpeiros-em-terra-yanomami/> Acesso fevereiro 2024

GUATTARI, Félix. As três ecologias. 21a edição. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

IBGE. Censo 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/36595-com-a-coleta-concluida-em-tis-yanomamis-censo-ja-registra-1-652-876-pessoas-indigenas-em-todo-o-pais.html> Acesso junho 2024

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia - Entre facticidade e validade, volume II. Tradução Flávio Beno Siebeneicher. Rio de Janeiro. Editora Tempo Brasiliense. 1997.

\_\_\_\_\_. Facticidade e validade: contribuições para uma teoria discursiva e da democracia. Tradução de Rúrion Melo e Felipe G. Silva. São Paulo. Editora Unesp. 2019.

\_\_\_\_\_. Mudança estrutural da esfera pública - Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Com prefácio à edição de 1990. Tradução de Denilson Luís Werle. São Paulo. Editora Unesp. 2014a

\_\_\_\_\_. Na esteira da tecnocracia - Pequenos escritos políticos XII. Tradução de Luiz Repa. São Paulo. Editora Unesp. 2014b

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo. Cia das Latras. 2020

\_\_\_\_\_. Ecologia política. Ethnoscientia. V. 3 (in. 2 especial) 2018

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. Editora Companhia das Letras, 2019.

LATOURETTE, Bruno. Diante de Gaia - Oito conferências sobre a natureza do Antropoceno. Tradução de Maryalua Meyer. São Paulo/Rio de Janeiro. Editoras UBU, Ateliê de Humanidades. 2020.

\_\_\_\_\_. Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo. Editora 34. 2013.

\_\_\_\_\_. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. Tradução de Renato Sztutman. São Paulo. Revista de Antropologia - USP. V. 57 n° I. 2014.

\_\_\_\_\_. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia. Tradução de Carlos Aurélio Mota Souza. São Paulo. EDUSC. 2004.

\_\_\_\_\_. Reagregando o social - Uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador. Editora EDUFBA. 2012.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo. Companhia das Letras. 2000.

WAGNER, Peter. The triple problem displacement: Climate change and the politics of the Great Acceleration. European Journal of Social Theory 2023, Vol. 26(1) 24–47. Barcelona. 2022

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:** Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

**FINANCIAMENTO:** O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** A autora declara que não há conflito de interesses a mencionar.

**MINIBIOGRAFIA DA AUTORA DO PAPER** Herlaine Ferreira é graduada em Comunicação Social. Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora e doutoranda em Ciências Sociais pela PUC Rio. Pesquisa ação política no Antropoceno..

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.